



MENSAGEM Nº 036 /2017

SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei nº 036 /2017, que versa sobre inclusão do inciso XCIX no artigo 68 do código tributário municipal, dispondo sobre a inclusão de serviços cartorários na lista de serviços regulamentados pelo Código Tributário Municipal.

Para que possamos externar nossas considerações, imperioso verificarmos os termos da legislação federal sobre o tema em questão, vez que, apesar o ISS ser de competência municipal, as normas gerais referentes à este tributo encontram-se dispostas tanto na Constituição Federal, quanto em leis complementares e leis recepcionadas pelo atual texto constitucional com força de lei complementar.

O ISS, possui sua previsão constitucional no artigo 156 da CF/88, a saber:

“Art. 156 – Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155 II, definidos em lei complementar.

(...)

§3º - Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

I – fixar suas alíquotas máximas e mínimas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior;

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios serão concedidos e revogadas.”

(Os destaques e os grifos são nossos)

Verifica-se que além de estabelecer competência de instituição do ISS para cada um dos Municípios, a CF/88 ainda deixou a cargo de lei complementar, diversos aspectos, principalmente os quantitativos.

Veja que a Constituição atual foi promulgada em 1988, importante registrar que alguns diplomas anteriormente vigentes foram recepcionados, quando da entrada em vigor do texto constitucional atual. Dentre estes diplomas destacamos o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza. A recepção se deu por conta do disposto no artigo 146 da CF/88 que determina, em breves linhas, que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária. Portanto, vez que o Decreto-Lei nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO



AMOR PELA CIDADE. RESPEITO PELO POVO.

406/68 trata justamente de normas gerais, foi recepcionado pela CF/88 com status de lei complementar.

Desta maneira, desde a sua recepção em 1988, o Decreto-Lei nº 406/68 era a lei com status de complementar que regia a tributação do ISS, mais especificamente em seus artigos 8º a 12, posto que os artigos 1º a 7º tratavam do ICMS. Além dos artigos 8º a 12, o Decreto-Lei traz em seu corpo uma lista anexa taxativa dos serviços que deveriam ser tributados pelo ISS. Importante registrar que na lista anexa do Decreto-Lei nº 406/68 não havia previsão para tributar a atividade de registro público, cartorário e notarial.

Entretanto, por conta das alterações advindas com a Emenda Constitucional nº 37 de 2002 – que estabeleceu a redação atual do art. 156 acima transcrito – houve necessidade premente de edição de nova lei complementar para atualizar o regramento constitucional do ISS. Diante deste cenário é que foi publicada, em 31 de julho de 2003 a Lei Complementar nº 116, que passou reger o ISS.

A Lei Complementar nº 116/03 introduziu nova Lista de Serviços sujeitos à exigência do ISS e, assim, alargou o campo de incidência deste tributo, originalmente previsto no Decreto-Lei nº 406/68, abarcando diversas outras atividades que até então não eram alcançadas pelo ISS.

Nesse contexto, os Municípios brasileiros foram autorizados a exigir, a partir do exercício de 2004, o ISS sobre uma série de atividades que, até o advento da Lei Complementar nº 116/03, não se sujeitavam a esta tributação.

Somente neste momento é que a atividade de registro público, cartorário e notarial passou a ser prevista como passível de tributação pelo ISS, pois houve a sua expressa inclusão no item 21.01 da lista de serviços anexa à LC nº 116/03.

A nossa lei positiva, o código tributário municipal não prevê a tributação de tais serviços, que devem portanto, ser incluídos no rol das atividades nas quais incide o referido imposto, no artigo 68. A proposição tão-somente trata disto, e corrige omissão anterior.

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação por parte desta egrégia Câmara.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de distinta consideração.

**APROVADO**

Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin

Em 23/11/17

Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, 01 de novembro de 2017.

**JAULDO DE SOUZA BALTHAZAR FERREIRA**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1439 de 17/11/17

Livro nº 04 Flº 32133

ASS *[Assinatura]*





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO



**PROJETO DE LEI Nº 036 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

*“Altera a Lei Municipal nº 340-A, de 27 de novembro de 1989, e dá outras providências.”*

**Art. 1º** - Introduz-se, no artigo 68 da Lei Municipal nº 340-A/1989, o inciso XCIX, como segue:

“Art. 68 – O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresas ou profissionais autônomos com ou sem estabelecimento fixo.  
Parágrafo único – Para os efeitos deste artigo considera-se prestação de serviços o exercício das seguintes atividades:


**Lista de Serviços**

Serviços de:


**XCIX – Atividades de registro público, cartorário e notarial.**

**Art. 2º** - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Engenheiro Paulo de Frontin, 01 de novembro de 2017.

  
**JAULDO DE SOUZA BALTHAZAR FERREIRA**  
Prefeito Municipal

**APROVADO**  
Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin  
Em 23/11/17

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Protocolo nº 1437 de 17/11/17  
Livro nº 04 Flº 35/35  
ASS. 



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin  
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin

Protocolo nº 5097 de 23/11/17

Livro nº 01 Fl.º 185/186

ASS. Renata Caramia

**Requerimento nº 043 /2017.**

"Solicita a tramitação dos Projeto de Lei nº  
036/2017 em Regime de Urgência."

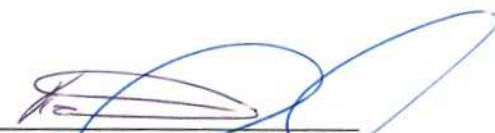





**Senhor Presidente:**

Os Vereadores que a este subscrevem, nos termos regimentais vigentes, **Requerem** a Mesa, ouvido o Plenário, a tramitação do Projeto de Lei nº, e 036/2017 de autoria do Poder Executivo, em **Regime de Urgência**, nos termos do artigo 123, parágrafo 3º, inciso VII, do Regimento Interno Cameral.

#### JUSTIFICATIVA

A solicitação de urgência se funda na necessidade de se adequar o Código Tributário Municipal.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 23 de Novembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APROVADO**  
Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Eng. Paulo de Frontin  
Em 23/11/17



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, E**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Projeto de LEI 036/2017.

Ementa: Projeto de Lei N° 036/2017 que versa sobre a inclusão do inciso XCIX no Art. 68 do Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, e da Comissão de Finanças e Orçamento, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPP, apresentam as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

**Relatório**

Trata-se de Projeto de LEI 036/2017, de autoria do Poder Executivo, que versa sobre a inclusão do inciso XCIX no Art. 68 do Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

**Mérito**

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, à apreciação destas Comissões, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por estas comissões.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o voto. Aos demais pares das Comissões  
Plenário da Câmara, 23/11/2017.

  
Alex Papa Alves

Presidente da C.L.J.R.F. E C.F.O

  
Jeferson Adriano Gomes Moreira

  
Júlio Cesar da Silva Sereno

  
Rosângela de Carvalho Passos Goda

